

Visita a diplomatas húngaros

Investigação sobre ida de Bolsonaro a embaixada é arquivada por Moraes

Ministro do Supremo afirma não ver 'elementos concretos' de que ex-presidente teria buscado asilo diplomático

PEPITA ORTEGA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse não ver "elementos concretos" que indiquem que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ao passar dois dias na Embaixada da Hungria, em Brasília, pretendia obter "asilo diplomático para se evadir do País e, consequentemente, prejudicar a investigação criminal em andamento". Moraes encaminhou o caso para arquivamento.

De outro lado, o ministro seguiu parecer do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e manteve medidas cautelares anteriormente impostas ao ex-chefe do Executivo: proibição de manter contato com outros investigados e também a de deixar o País, com a entrega de passaportes.

Em despacho assinado anteontem, Moraes destacou ainda como as embaixadas, ape-

sar de terem proteção especial, não são consideradas "extensão de território estrangeiro". Assim, o ministro apontou que não vê, no caso, "qualquer violação" da medida cautelar de "proibição de se ausentar do País".

Gonet havia ponderado a Alexandre de Moraes que a estada de Bolsonaro na embaixada da Hungria "não caracteriza infringência" de nenhuma das cautelares que haviam sido impostas ao ex-presidente.

"A perspectiva de busca de refúgio esbarra na evidente falta de pressupostos do instituto do asilo diplomático"

Paulo Gonet

Procurador-geral da República

"A perspectiva aventada de busca de refúgio esbarra na evidente falta de pressupostos do instituto do asilo diplomático", anotou.

Bolsonaro chegou ao local no dia 12 de fevereiro, após postar um vídeo convocando apoiadores para o ato na Avenida Paulista que ocorreu no dia 25 do mesmo mês. Dias antes, ele

teve o passaporte apreendido na Operação Tempus Veritatis — deflagrada no dia 8 de fevereiro deste ano, a operação investiga os participantes de uma tentativa de golpe de Estado para manter Bolsonaro na Presidência da República.

COMPROMISSOS. Instada a se manifestar sobre o caso, a defesa do ex-presidente destacou a agenda de compromissos do político, "inclusive em relação a lideranças estrangeiras alinhadas com o perfil conservador". Os advogados do ex-presidente sustentaram que ele "mantém a agenda política com o governo da Hungria, com quem tem notório alinhamento, razão por que sempre manteve interlocução próxima com as autoridades daquele país, tratando de assuntos estratégicos de política internacional de interesse do setor conservador". "Não há, portanto, razões mínimas e nem mesmo cenário jurídico a justificar que se suponha algum tipo de movimento voltado a obter asilo em uma embaixada estrangeira ou que indiquem intenção de evadir-se das autoridades legais ou obstruir a aplicação da lei penal", sustentou a defesa de Bolsonaro ao STF. ●

Para lembrar

Estadia ocorreu durante o feriado de carnaval

● **Duas noites**

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) passou dois dias na Embaixada da Hungria, em Brasília, durante o carnaval de 2024, após ter o passaporte apreendido durante operação da Polícia Federal

● **Investigação**

Bolsonaro teve o documento retido na investigação que apura suspeita de tentativa de golpe de Estado envolvendo o ex-presidente e auxiliares

● **Vídeos**

A informação sobre a ida dele

à Embaixada da Hungria foi divulgada pelo jornal *The New York Times*, que mostrou imagens do ex-presidente na representação diplomática

● **Diplomatas**

Bolsonaro chegou à Embaixada da Hungria na noite de 12 de fevereiro, e saiu de lá apenas na tarde do dia 14. Por causa do carnaval, o prédio estava vazio. Só diplomatas e familiares estavam no local

● **Orbán**

O ex-presidente é próximo do primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, político de extrema-direita do país europeu. Em nenhum momento a reportagem do *The New York Times* detalha se havia ou não um plano de pedido de asilo por parte de Bolsonaro



Jair Bolsonaro em estadia na Embaixada da Hungria, em Brasília

Operação Fim da Linha

Justiça torna réus diretores de empresa de ônibus

MARCELO GODOY

O juiz Guilherme Eduardo Martins Kellner, da 2.^a Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da capital, acolheu a denúncia contra os dez acusados de formar uma organização criminosa para lavar dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) na empresa de ônibus Transwólf e determinou a abertura de ação penal contra o grupo. O magistrado manteve o bloqueio de bens dos denunciados até o limite de R\$ 596 milhões.

A decisão tomada ontem mantém ainda a interdição na empresa de ônibus, com o afastamento de sua diretoria — a Prefeitura nomeou um interventor para garantir o funcionamento da Transwólf, que atende cerca de 15 milhões de passageiros

por mês na capital. Por decisão do juiz, o presidente afastado da empresa, Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, permanece preso, bem como Róbson Flares Lopes Pontes, seu aliado na empresa. Um terceiro acusado teve a prisão mantida pelo magistrado: o contador Joelson Santos da Silva.

Os três tiveram suas prisões preventivas decretadas e foram alvo de busca e apreensão durante a Operação Fim da Linha, planejada pelo Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeo), do Ministério Público de São Pau-

lo, e pela Receita Federal, em 9 de abril. Além das acusações de organização criminosa e de lavagem de dinheiro, os réus foram denunciados por apropriação indébita e extorsão, praticada contra perueiros da antiga cooperativa CooperPam que aderiram à Transwólf.

RESSARCIMENTO. De acordo com a denúncia do Gaeo, o bloqueio dos bens dos acusados servirá para garantir o ressarcimento de prejuízos causados pela organização — valor equivalente ao faturamento da Transwólf em 2021. O sequestro atingiu bens de 28 empresas e 16 pessoas, além de 43 imóveis, uma aeronave, três lanchas e duas motonáuticas, tudo em nome dos investigados.

De acordo com as investigações, a Transwólf só conseguiu participar da licitação feita pela Prefeitura em 2015 em

razão do aporte de R\$ 54 milhões feito pela MJS Participações Ltda., sob a forma de integralização do capital, dinheiro proveniente do tráfico de drogas. Ao colocar o dinheiro na empresa, o PCC, segundo os promotores, além de consolidar sua posição no setor, ainda lavava os recursos do crime.

Transwólf
Denúncia foi acolhida contra dez acusados de formar organização para lavar dinheiro do PCC

Os milhões da facção foram necessários porque, naquele ano, a Prefeitura de São Paulo resolveu que não iria renovar a concessão feita às cooperativas de perueiros que atuavam no setor desde 2004. No caso da Transwólf, eles estavam

reunidos na CooperPam. Ela era a maior do setor e tinha Pandora como presidente. Pelas normas da Prefeitura, se ela quisesse permanecer no sistema, teria de disputar uma licitação para a concessão de lotes do transporte por meio de uma empresa com um capital social mínimo para operar no setor.

A Transwólf conquistou na licitação os lotes 10 e 11 do chamado Grupo Local de Distribuição, do sistema municipal de transportes, onde estão as empresas que atuam nos bairros da capital. Ela se tornou uma das três maiores empresas do setor em São Paulo, com 1.111 veículos rodando na zona sul. Já a outra empresa investigada na Operação Fim da Linha, a UPBus, ganhou o lote 4 do grupo local e opera 138 ônibus na zona leste da cidade.

O Estadão não conseguiu localizar as defesas dos réus. ●

Valor sequestrado

R\$ 596 mi é o valor bloqueado em bens dos acusados